

A crise e o relato de sustentabilidade no setor bancário: o caso português

INÊS MANUELA DELGADO RODRIGUES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

À FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM

ÁREA CIENTÍFICA

AGOSTO 2013

Sob orientação: Prof. Doutor Manuel Castelo Branco



Breve nota biográfica

A candidata, Inês Rodrigues, nasceu em Matosinhos em 1984. Concluiu o Bacharelato em Contabilidade e Administração em 2005 no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Iniciou a sua atividade profissional em Dezembro de 2005, num gabinete de contabilidade, em Laça da Palmeira, ao abrigo de um Estágio Profissional de Contabilidade, onde acompanhou e auxiliou o nascimento e desenvolvimento da empresa.

Em Fevereiro de 2007 obteve aprovação no exame de ingresso à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, ficando apta para assumir as escritas das empresas.

Em Junho de 2007 concluiu a Licenciatura, em Auditoria, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Atualmente, permanece no gabinete onde iniciou a sua atividade profissional com o cargo de Contabilista, onde desempenha funções de elaboração de escritas contabilísticas, preenchimento e envio das declarações fiscais à Autoridade Tributária e Segurança Social, bem como elaboração de mapas de apoio à Gestão, gestão dos Recursos Humanos e processamento salarial.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a colaboração e apoio de algumas pessoas, sem as quais a elaboração desta dissertação não teria sido possível.

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor Manuel Castelo Branco, pela orientação e pela disponibilidade sempre demonstrada na elaboração deste trabalho. Agradeço os seus comentários construtivos que permitirem enriquecer o conteúdo do mesmo.

Em segundo lugar, queria agradecer aos meus familiares e amigos que, de forma direta ou indireta, me apoiaram sempre na elaboração deste trabalho.

Resumo

O presente trabalho tem como ponto de partida que o Desenvolvimento Sustentável é parte integrante na gestão de qualquer empresa, nomeadamente no setor bancário, e que apenas se poderá assegurar recursos às gerações futuras se todos contribuírem para tal, seja a nível individual ou coletivo.

Em meados do ano 2008, a maior parte das empresas foram afetadas, com maior ou menor impacto, pela crise gerada no setor financeiro mundial. Foram afetadas ao nível da menor capacidade para honrar os seus compromissos afetando os seus recursos humanos e contribuindo, assim, para um aumento do desemprego.

Com este severo cenário, torna-se ainda mais relevante respeitar os pilares do desenvolvimento sustentável, quer a nível económico, social e ambiental. A componente económica é atribuída à gestão normal das empresas, estando as componentes social e ambiental ligadas aos seus recursos humanos e materiais.

Neste trabalho procura-se evidenciar como o setor bancário, em Portugal, reagiu às condições resultantes do que anteriormente foi dito, e se tal facto contribuiu para uma maior ou menor divulgação, através dos seus relatórios de sustentabilidade.

Palavras-Chave: sustentabilidade, setor bancário, responsabilidade social, relatórios de sustentabilidade e crise económica.

Abstract

The present work has as its starting point that sustainable development is an integral part in the management of any company, especially in the banking sector, and that just might provide resources for future generations if all contribute to this, either individually or collective.

In mid-2008, most companies were affected, with greater or lesser impact, generated by the crisis in the financial world. It affected their capacity to honor its commitments affecting their human resources, thereby contributing to an increase in unemployment.

With this grim scenario, it becomes even more important to respect the pillars of sustainable development, whether economic, social and environmental. The economic component is attributed to the normal management of the companies, with the social and environmental components connected to their human and material resources.

This paper will show how the banking sector in Portugal, reacted to conditions resulting from what was previously said, and if this contributed to a greater or lesser disclosure through their sustainability reports.

Keywords: sustainability, banking, social responsibility, sustainability reports and economic crisis.

Acrónimos e Siglas

APB – Associação Portuguesa de Bancos

BANIF – Banco Internacional do Funchal

BCP – Banco Comercial Português

BES – Banco Espírito Santo

BP – Banco Popular

BPI – Banco Português do Investimento

BPN – Banco Português de Negócios

CA – Crédito Agrícola

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DJSGI – *Dow Jones Sustainability Group Indexes*

EMAS – *Eco-Management and Audit Scheme*

FTSE4Good – *Financial Times Stock Exchange*

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

ICC – *International Chamber of Commerce*

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social

ISO – *International Organization for Standardization*

MG – Montepio Geral

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

PME – Pequenas e Médias Empresas

RSE – Responsabilidade Social das Empresas

ST – Santander Totta

UNEP FI – *United Nations Environment Programme Finance Initiative*

Índice Geral

BREVE NOTA BIOGRÁFICA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	IV
ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	V
ÍNDICE GERAL.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS.....	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VIII
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. ENQUADRAMENTO.....	1
1.2. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS.....	2
1.3. ESTRUTURA.....	3
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	4
2.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS (RSE).....	4
2.2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	6
2.3. DIVULGAÇÃO DA RSE.....	9
2.4. ESTUDOS RELEVANTES E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESE.....	11
3. METODOLOGIA.....	16
4. RESULTADOS.....	19
4.1. ANÁLISE DESCRITIVA.....	19
4.2. O EFEITO DA CRISE NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	29
4.3. ANÁLISES ADICIONAIS.....	30
5. CONCLUSÕES.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

Índice de Tabelas

TABELA 1: ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE RSE PELOS BANCOS (ADAPTADO DE SCHOLTENS (2009))	17
TABELA 2: CÓDIGOS DE ÉTICA, RELATO DE SUSTENTABILIDADE E SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL	19
TABELA 3: PRODUTOS FINANCEIRAMENTE SUSTENTÁVEIS	20
TABELA 4: CONDUTA SOCIAL	20
TABELA 5: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE	21
TABELA 6: TESTE DO EFEITO DA CRISE NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	29
TABELA 7: TESTE DE RELAÇÃO ENTRE TER ACÇÕES ADMITIDAS A COTAÇÃO EM BOLSA DE VALORES E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE	31

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELO BANIF	22
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELO BES	23
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELO BPI.....	24
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELA CGD	25
GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELO MILLENNIUM BCP.....	25
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELO MONTEPIO GERAL	27
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RSE PELO SANTANDER TOTTA	28

1. Introdução

1.1. Enquadramento

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” materializou-se com a consciencialização de que não podemos comprometer as gerações futuras. As empresas, em geral, têm um papel crucial no domínio de responsabilidade social. A divulgação de informações sobre responsabilidade social tem tido uma atenção crescente e centrou-se, por muitos anos, em matérias de informação ambiental. Porém, a informação ambiental é somente um dos seus inúmeros componentes. Deve considerar-se como parte integrante da responsabilidade social, além da informação ambiental, informações relacionadas com o empregado/colaborador e outras informações de natureza ética (envolvimento da comunidade e do consumidor). (Branco et al., 2006)

O setor bancário, em particular, tem um peso importante na promoção do desenvolvimento sustentável, pela sua capacidade de influência, pela sua importância enquanto empregador e consumidor, contribuindo para o bem-estar da sociedade e assegurando a competitividade a longo prazo.

A maior parte dos estudos empíricos centram-se em relatórios anuais, para análise de divulgações sobre responsabilidade social. Esta é a ferramenta mais utilizada pelas empresas como meio de comunicação aos seus *stakeholders* sobre esta temática.

Com este estudo pretende-se tirar conclusões sobre o desenvolvimento da sustentabilidade empresarial, focando um setor com grande peso na economia nacional que é o setor bancário. Pretende-se dar especial atenção ao facto de, nos últimos anos, as pressões exercidas pelos mercados terem conduzido a mudanças substanciais no setor, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Tratando-se de um tópico relevante, tanto ao nível da diferenciação institucional, como da sociedade civil e considerando que agir de forma sustentável não basta, é preciso envolver no processo toda a cadeia de valor, passando a informação pelos acionistas, clientes, colaboradores e a sociedade no seu todo.

Segundo Gro Harlem Brundtland (1987) “A empresa deve ser lucrativa para sobreviver, mas deve também enfrentar o apelo a tornar-se sustentável, para permitir a sobrevivência de todos nós”.

1.2. Motivações e objetivos

As principais razões que me levaram à escolha deste tema foram a sua atualidade e relevância, uma vez que o desenvolvimento sustentável é de interesse coletivo, também a curiosidade nos resultados acerca do comportamento do setor bancário a nível de relato, foram motivação para o desenvolvimento deste trabalho.

A responsabilidade social de uma grande empresa, nomeadamente um banco, será vista como um objetivo, uma missão, uma obrigação ou um *status*? E até que ponto esta questão da responsabilidade social não diverge com os interesses dos acionistas, dos clientes e dos colaboradores? Será possível que todos rumem em conjunto para aquele objetivo?

Este relatório apresenta os resultados de um estudo longitudinal sobre a divulgação voluntária de informação sobre responsabilidade social por parte das 10 maiores entidades bancárias a operar em Portugal, durante o período 2002 a 2011. Os principais objetivos foram os seguintes:

1. Perceber como evoluiu a divulgação de informação sobre RSE dos maiores bancos portugueses no período considerado;
2. Analisar o efeito da crise financeira internacional iniciada em 2007 na divulgação de tal informação;

A principal questão de investigação à qual se pretende dar resposta é a seguinte: terá a crise que se seguiu ao ano 2007 desencadeado uma menor ou uma maior informação, por parte dos bancos, no que toca ao tema da sustentabilidade?

1.3. Estrutura

No segundo capítulo apresenta-se uma revisão de literatura sobre o tema central da dissertação e as matérias relacionadas mais importantes para o seu enquadramento. O capítulo inaugura com uma breve introdução ao Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Social das Empresas (RSE), de seguida é feita referência ao papel dos bancos e qual o seu impacto na RSE. Por último, o capítulo é finalizado com o tema da importância da divulgação da RSE por parte dos bancos e das empresas em geral.

No terceiro capítulo, apresenta-se o enquadramento teórico e a hipótese desenvolvida. Neste capítulo será feita uma análise dos principais estudos de relato de sustentabilidade no sector financeiro, que dará algumas expectativas sobre os resultados deste estudo.

No quarto capítulo, apresenta-se a metodologia do estudo empírico efetuado. A metodologia é dividida em três etapas, nomeadamente: (1) Seleção da amostra; (2) Recolha e análise de dados; (3) Interpretação dos resultados.

No quinto capítulo, apresentam-se os resultados da investigação. Neste capítulo são referidas questões importantes provenientes da análise dos relatórios de sustentabilidade das entidades bancárias selecionadas para amostra, durante o período 2002-2011, bem como a divulgação dos resultados obtidos.

Por fim, o último capítulo aborda as conclusões retiradas pela obtenção dos resultados obtidos no capítulo anterior.

2. Revisão da literatura

2.1. Responsabilidade social das empresas (RSE)

O fenómeno da globalização trouxe-nos alterações não só de natureza económica, mas também alterações de natureza social e ambiental. Se por um lado, este fenómeno tem trazido vantagens, como a liberalização de comércio, a facilidade de mobilidade de pessoas e capitais e a propagação das tecnologias, por outro lado tem também trazido desvantagens. Além de poder provocar desigualdades na distribuição dos rendimentos, instabilidade financeira global ou perda de identidade cultural (Schmidheiny, 2002), a globalização também se faz sentir nos problemas ambientais e suas consequências.

A RSE é uma abordagem que salvaguarda a sociedade, a natureza e a ética como peças fulcrais da estratégia e que podem melhorar a competitividade de uma empresa (Mittal et al., 2008). Uma empresa que adota RSE está em constante interação com o ambiente. A constante mudança do ambiente operacional representa um alerta e um desafio para a empresa tentar agir de forma responsável a nível local, regional e global. (Rohweder, 2004)

O conceito de RSE representa a manutenção, ou crescimento, da base de capital económico, ambiental e social da empresa, de forma a garantir a satisfação das necessidades de todas as partes interessadas, sem que isso comprometa a sua capacidade de satisfazer as necessidades de *stakeholders* futuros. Segundo Dyllick & Hockerts (2002) os princípios básicos de sustentabilidade económica, ecológica e social de uma empresa são os seguintes:

- **Capital Económico:** Empresas economicamente sustentáveis possuem, a qualquer momento, cash-flow capaz de garantir liquidez, produzindo, ao mesmo tempo, um retorno acima da média para os seus acionistas;
- **Capital Natural:** Empresas ecologicamente sustentáveis apenas utilizam recursos naturais, consumidos a uma taxa inferior à regeneração natural ou ao desenvolvimento de substitutos. Não causam emissões a uma taxa superior à capacidade dos sistemas ambientais as assimilarem;
- **Capital Social:** Empresas socialmente responsáveis acrescentam valor às comunidades onde operam, contribuindo para aumentar o seu capital humano

e social. Os *stakeholders* compreendem as motivações da empresa e aceitam o seu sistema de valores.

Tendo em conta que as empresas que operam em diferentes setores de atividade são suscetíveis de terem diferentes prioridades em relação ao seu envolvimento com a RSE. Comparado a outros setores, o setor bancário tem um conjunto de circunstâncias contextuais diferentes, pelo que é suscetível de conduzir a diferentes práticas de RSE. Apesar de algumas práticas diferirem bastante, como aspetos ambientais, ou práticas relacionadas com a luta contra a corrupção (suborno, lavagem de dinheiro, etc.), outras práticas podem ser mais semelhantes.

Embora os bancos tenham menor impacto direto em termos sociais e ambientais do que empresas de outros setores (Macedo, 2008), esta responsabilidade deve ser partilhada uma vez que é a banca que financia as empresas que poluem ou produzem produtos perigosos, violam os direitos humanos entre outras coisas também prejudiciais para a sociedade e para o meio ambiente. Desta forma, podemos ver os bancos como facilitadores de atividades que são nefastas para o desenvolvimento sustentável.

Assim, é possível prever que a atividade dos bancos, tais como concessão de empréstimos para investimentos, seja sensível a estas questões ambientais e sociais.

2.2. O papel das instituições financeiras

Nas últimas décadas, as atividades dos bancos não enfrentam o escrutínio RSE sentido por outros setores de atividade, como petróleo e gás, florestal ou transporte. A razão disso deve-se à intangibilidade dos produtos oferecidos pelos bancos. Eles compram, vendem e emprestam dinheiro. Porém, as expectativas das partes interessadas estão a mudar na sociedade atual. (Nilsen, 2010)

A banca tem um papel bastante importante na economia. Atua como intermediária entre os clientes com escassez de capital e clientes com excedente de capital. Os bancos têm impactos indiretos sobre as partes interessadas através da concessão de crédito, políticas de investimento entre outras coisas. São, também cruciais para garantir o financiamento a empresas de outros setores.

Enquanto os bancos eficientes podem estimular a prosperidade e o crescimento da economia (Levine, 2003), o ambiente atual dos negócios mostra que as crises bancárias podem causar instabilidade na economia e na situação política dos países. A crise financeira e a queda do Lehman Brothers, em 2008, ilustram a forte interligação dos bancos, bem como o efeito de contágio que explica que a falha de uma instituição financeira pode afetar, imediatamente, outros bancos, empresas e consumidores.

A atividade dos bancos na economia torna este setor não só relevante do ponto de vista privado, mas também do ponto de vista público. De um ponto de vista macroeconómico, os intermediários financeiros afetam a quantidade de poupanças e investimentos, afetam a produtividade marginal do capital mediante a concessão de recursos para projetos específicos, afetam o nível geral de atividade económica pelo fornecimento e manutenção do sistema de pagamentos, afetando os custos de intermediação (Scholtens, 2009). Numa perspetiva microeconómica, os intermediários financeiros oferecem gestão de riscos para famílias e empresas tendo um elevado potencial para influenciar o comportamento dos seus clientes.

Segundo Vigano & Nicolani (2006) o sector bancário reagiu à questão da RSE de forma relativamente lenta, apesar da sua alta exposição a riscos.

Bouma et al., 2001 argumenta que os bancos começaram a abordar a sustentabilidade, considerando as questões ambientais, tais como atividades poluentes. A responsabilidade relacionada com questões sociais apareceu nos últimos anos como

riscos indiretos, bem como a reputação e a responsabilidade dos bancos relacionada a concessão de empréstimos. Empréstimo de dinheiro aos clientes que apresentam sustentabilidade duvidosa, por exemplo, constitui um risco de reputação e, conseqüentemente, repercussões negativas em todos os mercados.

Problemas de agência

Uma questão relevante para todas as organizações está relacionada com questões governamentais causadas por problemas de agência (Becker & Westbrook, 1998). Para as instituições financeiras, os problemas de agência são particularmente profundos. A relação entre os *stakeholders* e o banco como agente, bem como os sistemas de incentivos, são os que acarretam maior atenção do escrutínio externo. As dificuldades no estabelecimento de uma estrutura de incentivos surgem a partir de qualquer divergência de objetivos entre diretores e agentes ou a assimetria de informações entre diretores (risco de rolamento líquido) e agentes (peritos especializados), e muitas vezes, a partir de ambos os fatores (Becker & Westbrook, 1998).

A assimetria de informação é, normalmente dividida em dois conceitos: a seleção adversa e a prestação de serviços inter-relacionados. A seleção adversa pode ser definida como informação escondida, como por exemplo, um investimento sugerido por um consultor bancário que, de fato, pode desviar-se do interesse do cliente. Por outro lado a prestação de serviços inter-relacionados, como seguros e investimentos são operações com possibilidade de assessoria tendenciosa, assim os interessados necessitam contar com agências de *rating* para reduzir assimetria de informação.

Recentes avaliações das agências de *rating* mostram que algumas não foram credíveis. Aras & Crowther (2009) afirmam que as agências de *rating* falharam em demonstrar qualquer capacidade de compensar a assimetria de informação.

Visão crítica

Alguns críticos argumentam que todo o sector financeiro, onde os bancos desempenham um papel relevante, é causador de problemas. Afirmam que os atos das instituições financeiras encorajam a comportamentos insustentáveis e pensamentos de

curto prazo, sem qualquer interesse em termos sociais e ambientais nos seus empréstimos ou práticas de investimento. Desta forma, existe um risco de exposição excessiva e de falta de credibilidade (Payne (2007) e Baue (2005)). Em 2010, Edelman Trust Barometer, a maior empresa de relações públicas de propriedade independente do mundo, descobriu que, desde 2007, a confiança nos bancos tinha diminuído drasticamente num grande número de países ocidentais.

Recentemente, vários bancos foram acusados de agir de forma irresponsável. Tem-se verificado muitas situações de crédito mal parado, esquemas de incentivos corruptos e comportamentos imprudentes onde comités de auditoria não conseguiram exercer um controlo adequado. Um caso particular da ganância que tem atraído a atenção entre o setor bancário é a dos elevados pagamentos para executivos, consultores financeiros e analistas. Podendo-se observar, na conceção e implementação dessas políticas de remuneração, condutas imprudentes e sinais de má governação.

Em Portugal, ficou recentemente público o caso BPN, que se refere a um conjunto de casos inter-relacionados que exibem indícios de vários tipos de crime como corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influências, que levaram à nacionalização do banco BPN que envolve figuras do atual Estado português, bem como ex-membros do Governo Constitucional. Entre as organizações envolvidas encontram-se, além do BPN, a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e o Banco Insular.

Estas ações podem exacerbar a reputação já manchada do setor financeiro e da confiança dos clientes nos bancos, afetando mesmo os bancos que não tomam parte nos pagamentos elevados.

2.3. Divulgação da RSE

Divulgar a RSE tem sido amplamente definido como o “processo de comunicar os efeitos sociais e ambientais das ações das organizações económicas a grupos de interesses específicos na sociedade e para a sociedade em geral” (Gray et al., 1996, p. 3). Deste modo pretende-se refletir vários aspetos sociais e ambientais nas quais as atividades podem ter impacto, nomeadamente, questões relacionadas com trabalhadores, envolvimento da comunidade, preocupações ambientais, questões éticas entre outros. A divulgação da RSE refere-se à divulgação de informações sobre as interações de determinada empresa com a sociedade.

Relatar sobre a RSE é uma forma das empresas esclarecerem, por escrito, quais as medidas de RSE que foram tomadas durante determinado período. Este relatório pode ser usado tanto a nível interno como um meio de comunicação público.

Os principais gastos na elaboração de um relatório deste tipo consistem na aquisição de um sistema de controlo de medição do desempenho e inspeções de um possível avaliador externo. Porém, um relatório de RSE beneficia a empresa, oferecendo informações importantes para a tomada de decisão interna, e é uma ferramenta valiosa na manutenção de bons relacionamentos com os *stakeholders*. Uma boa reputação de RSE pode ser uma mais-valia, tanto para os *stakeholders* se tornarem mais conscientes dos factos, como para as empresas concorrentes verificarem se estão em falta nesta área. (Rohweder, 2004 e Unerman, 2008)

Existem vários desafios relacionados como os relatórios de RSE, como a falta de transparência e que leva à presença de procedimentos de auditoria. No entanto, como a RSE é, ainda, um conceito de voluntariado as normas de relato têm um efeito fraco. Contudo, os esforços colocados para uma melhoria da informação relatada são crescentes.

Um problema que permanece é a seleção de prioridades. É importante assegurar que os objetivos definidos refletem os dos *stakeholders*. Outra preocupação a ter em conta é o número e extensão de ações aceitáveis para pedir a empresas, uma vez que a responsabilidade social fundamentalmente não tem limites e encontrar o equilíbrio entre as expectativas e as possibilidades é essencial. As empresas devem ser capazes de justificar as suas escolhas a todos os interessados. Por exemplo, quando a RSE aumenta

os custos, os resultados positivos da necessidade dessa ação deve ser esclarecida de forma a preservar a boa vontade entre os acionistas. (Nielsen & Thomsem, 2007)

Os passos do relatório incluem a definição do objetivo do relatório, planeando o cronograma, recursos e conteúdos e a decisão sobre a distribuição. O feedback é essencial na avaliação. Como o relatório é uma ferramenta essencial de comunicação, deve ter-se em conta a clareza, a necessidade, precisão, confiabilidade e o valor de tudo declarado. Assim como bons resultados, é importante a elaboração de relatórios sobre as possibilidades e os planos de melhoria. (Rohweder, 2004)

Sustentabilidade é um conceito difícil para a comunicação. É um conceito global, e não pode ser totalmente avaliado a nível da organização. Além disso, uma empresa não é tão crucial como a gama de empresas que afetam o ecossistema. Deste modo, a ação também deve ser tomada numa escala mais ampla, com o objetivo de realmente avaliar como o ambiente foi afetado. A sustentabilidade como um objetivo parece exigir uma autoridade geográfica superior para controlar os recursos. (Henriques & Richardson, 2004)

As sugestões de desenvolvimento para as práticas de comunicação atuais devem ser levadas em consideração. Sem que se defina os termos relativos à RSE sistemáticos e universais, pode não ser alcançada a consciencialização desejada. A legislação que exige relatórios simples aumentaria também, a comparabilidade dos relatórios e ofereceria um guia objetivo de relatar independentemente dos relatórios das empresas líderes. A sustentabilidade em si deve ser vista como um conceito de sistemas em vez de uma teoria organizacional. Enquanto a ecologia não pode configurar em linhas institucionais, as instituições dever reformar linhas ecológicas. (Henriques & Richardson, 2004)

2.4. Estudos relevantes e desenvolvimento de hipótese

Resultados de um estudo efetuado anteriormente, por Pinto & Villiers (2012), no qual foram investigadas as tendências na prevalência e volume de divulgação da RSE pelas 50 maiores empresas da Nova Zelândia cotadas de 2005 a 2010, ou seja, período que envolve o antes e o após da crise financeira global, revelam uma tendência geral ascendente em divulgações de RSE, no período de 6 anos (2005 a 2010). O número de empresas que divulgam esta informação aumentou de 2005 a 2007. Porém, durante a queda inicial da confiança das empresas em 2008, as divulgações de RSE, quer em relatórios anuais, quer em relatórios autónomos permaneceu geralmente constante. As empresas que operam em indústrias com maior sujeição ao escrutínio público ou em indústrias com maior sensibilidade aos impactos sociais e ambientais aumentou as divulgações de RSE, enquanto outras empresas diminuíram a sua divulgação para um nível global constante. A tendência de crescimento foi retomado em 2009, no entanto, quando a confiança das empresas voltou a cair, em 2010, o total das divulgações de RSE em relatórios anuais diminuiu, enquanto a divulgação em relatórios autónomos continuou em alta. Em suma, em tempos de confiança empresarial reduzida, as empresas em indústrias não ambiental nem socialmente sensíveis parecem contrariar a tendência geral de aumento de divulgações de RSE.

A crise financeira global tem afetado as vidas de milhões de pessoas em todo o mundo através do aumento do desemprego, de salários cada vez mais reduzidos e os valores dos ativos em colapso tendo como resultado o aumento do escrutínio da responsabilidade corporativa e o impacto das ações das empresas na sociedade. Nas últimas décadas tem sido cada vez mais importante para as organizações gerir questões sociais e ambientais, assim como para os *stakeholders* pressionarem as empresas de forma a estas assumirem a responsabilidade pelas suas ações e o seu impacto na comunidade e no meio ambiente. (Deegan et al., 2000)

As empresas procuram manter uma imagem socialmente responsável de forma a garantir o acesso contínuo aos recursos necessários para a sua sobrevivência (Dowling & Pfeffer, 1975).

Houve um aumento geral na divulgação de RSE ao longo dos anos devido à dimensão do impacto das atividades empresariais para as partes interessadas, tais como

empregados, credores e investidores financeiros, pelo que as empresas podem ter maior necessidade de divulgar RSE quando ocorrem períodos de grande turbulência económica (Karaibrahimoglu, 2010).

Por outro lado, tempos de instabilidade financeira e económica podem ter um grande impacto sobre a confiança empresarial, o que pode provocar o desvio recursos para divulgações de RSE. Nestas alturas, os gestores estarão mais centrados na sobrevivência da empresa através de redução de custos em detrimento das divulgações de RSE, estando mais propensos a adotar abordagens mais conservadoras e defensivas na tomada de decisões. As empresas mais atingidas pela crise económica podem estar menos dispostas a divulgar informação voluntária sobre os impactos que a crise financeira global teve sobre os seus colaboradores, consumidores e na sociedade em geral, de forma a proteger-se de eventuais repercussões negativas de governos ou grupos de pressão ambientais.

Teoria da legitimidade

A teoria da legitimidade baseia-se no conceito de que as organizações procuram garantir que operam dentro das normas e limites das respetivas sociedades de forma contínua (Brown & Deegan, 1998). Portanto, as organizações ganham legitimidade quando garantem a adesão aos termos do “contrato social” formado entre eles e a comunidade onde interagem (Shocker & Sethi, 1974). As atividades desenvolvidas pela gestão empresarial para aderir ao “contrato social” incluem a adoção de estratégias de comunicação destinadas a convencer o público relevante que a organização é socialmente e ambientalmente responsável e, portanto, legítima (O’Donovan, 2002).

O facto de a sociedade estar em constante mudança quanto às expectativas, de interesse público, das atividades organizacionais fornece um desafio adicional para as organizações que mantêm a legitimidade. Embora as organizações utilizem uma variedade de meios de comunicação de forma a tentar manter e recuperar a legitimidade, o relatório anual e o relatório de RSE independente parece ser o método eleito de comunicação para com o público relevante da organização (Gray, 1995; Deegan, 2002; Simnett, 2009; Villiers & Van Staden, 2012).

Dowling & Pfeffer (1975), Lindblom (1993) e O'Donovan (2002) propõem algumas estratégias de comunicação que se sobrepõe à legitimidade procurada pelas organizações, que podem ser sintetizadas em quatro estratégias principais:

- 1) Optar pela alteração da definição de valores sociais do público relevante;
- 2) Estar de acordo com os valores do público-alvo;
- 3) Desviar a atenção da questão preocupante para outras questões relacionadas que associem a empresa a uma alta legitimidade; ou
- 4) Ficar longe de qualquer debate sobre questões sociais ou ambientais.

O tipo de estratégia de comunicação escolhido dependerá do que pretende a organização, se está a tentar ganhar, manter ou recuperar a sua legitimidade.

A decisão da organização realizar uma estratégia de legitimação pode ser de natureza pró-ativa ou reativa. Uma estratégia de legitimidade pró-ativa visa prevenir uma lacuna de legitimidade em vez de tentar reduzi-la, enquanto as estratégias reativas são adotadas pelas organizações depois serem confrontadas com exigências ou críticas do seu público relevante como resultado de uma mudança nos seus interesses e perceções (Lindblom, 1993). As organizações adotam este tipo de estratégia quando estão numa tentativa de recuperar a legitimidade perdida (O'Donovan, 2002).

O'Donovan (2002) concluiu, na sua investigação, que é mais difícil recuperar a legitimidade perdida da organização, aos olhos do público relevante em vez de manter o nível de legitimidade atual.

Razões para uma diminuição na divulgação de RSE durante a crise financeira global

Em períodos de crise financeira, os gestores são confrontados com crescentes ameaças de falência. Essas perceções de incerteza provocada pela crise financeira global levam a que as empresas sejam obrigadas a restringir planos de investimento e reduzir os custos existentes. Com uma diminuição da confiança e uma abordagem conservadora, os gerentes das empresas poderão estar menos dispostos a fazer divulgações voluntárias sobre os impactos da crise financeira global para se proteger de repercussões negativas. Além disso, em tempos de crise económica, as empresas que não operam em indústrias social e ambientalmente sensíveis podem encontrar uma

maior necessidade de responder aos interesses dos seus intervenientes financeiros em ver de outras partes interessadas, com o objetivo de garantir o acesso contínuo a recursos financeiros e, portanto, a sobrevivência do seu negócio. Portanto, as prioridades mais urgentes podem afetar a tendência de aumento de divulgação de RSE durante períodos de confiança empresarial reduzida. (Pinto & Villiers., 2012)

Razões para um aumento na divulgação de RSE durante a crise financeira global

Durante os períodos de condições financeiras mais apertadas, o impacto das atividades empresariais afeta os seus *stakeholders*, conseqüentemente, as empresas poderão obter um aumento de pressão para divulgar informações sociais e ambientais durante esse período. No interesse das empresas, nomeadamente as que operam em indústrias altamente visíveis ou social e ambientalmente sensíveis, os gestores podem procurar restabelecer a confiança do seu público relevante para o fluxo contínuo de recursos e a manutenção da sua imagem corporativa ao divulgar mais informações sobre aspectos sociais e ambientais do seu comportamento empresarial, e portanto, recuperar a legitimidade aos olhos dos seus stakeholders (Branco & Rodrigues, 2006; Cho, 2009).

Entre os estudos existentes nesta matéria, Rowe (2010) indicou que o nível de divulgação social não diminui durante a crise. Mamun e Mia (2011) investigaram o impacto da crise financeira global nas divulgações de RSE das empresas australianas e concluíram que as empresas que operam em indústrias ambientalmente sensíveis e de grande visibilidade aumentaram a quantidade de divulgações de RSE nos seus relatórios anuais durante a crise financeira global. Estes resultados são consistentes com a teoria de legitimidade, as empresas que operam em alto perfil e indústrias ambientalmente sensíveis estão expostas à pressão ética e social para fornecer gestão ambiental forte (Cho, 2009).

As empresas são, também, suscetíveis de emitir relatórios independentes de RSE na tentativa de fornecer informações mais completas sobre os aspetos sociais e ambientais para o seu público relevante (Villiers & Van Staden, 2011).

A partir da literatura existente podemos esperar que as empresas do sector bancário em Portugal aumentem as suas divulgações sociais e ambientais nos seus relatórios anuais.

Expectativas

À luz dos argumentos apresentados, espera-se um aumento nas divulgações de RSE após da crise global, porém não há certeza quanto à suscetibilidade dos gestores das instituições financeiras aumentarem ou diminuir as divulgações voluntárias de RSE durante a crise (2007/2008). Por um lado, espera-se um aumento na divulgação da RSE no sector bancário, uma vez que este tipo de entidades opera num sector socialmente sensível e sujeitas ao escrutínio público, com o intuito de recuperar a confiança do público relevante na empresa. Por outro lado, devido aos baixos níveis de confiança dos empresários, os gerentes dos bancos tendem a ser mais defensivos e conservadores na sua abordagem que pode ser refletida numa redução das suas divulgações de RSE.

A confiança dos empresários começa a recuperar-se e espera-se que as instituições bancárias com estratégias pró-ativas mantenham o volume de divulgações de RSE com o objetivo de se protegerem de eventuais ameaças de legitimidade que possam surgir no futuro enquanto as que adotam estratégias reativas poderão não se envolver em divulgações voluntárias de RSE uma vez que são mais propensas a fazer tais divulgações apenas como resposta a eventuais riscos de legitimidade. Em suma, os diferentes padrões de divulgação, motivados pelas diferentes decisões da gerência dificultam a expectativa definitiva na direção dos padrões de divulgação de RSE na pós-crise.

3. Metodologia

A atenção deste estudo foi focada nos relatórios anuais de dez bancos portugueses com maior peso na economia nacional, um banco de natureza pública (CGD) e os restantes de natureza privada. O período 2002-2011 foi selecionado uma vez que coincide com o desenrolar da crise económica global, que ainda hoje se faz sentir. Em efeito dominó outras grandes instituições financeiras cederam, no processo conhecido como “*crise dos subprimes*”.

Os relatórios anuais foram analisados para verificar a existência, frequência e variedade (se houver) da RSE. Com o objetivo de avaliar o desempenho de sustentabilidade dos bancos, foram analisados indicadores sociais, ambientais e éticos, para isso adaptei o quadro de Scholtens (2009), como índice, para este estudo.

Este quadro abrange seis grupos de indicadores sobre a responsabilidade social de um banco: (1) os códigos de ética, relatórios de sustentabilidade e sistemas de gestão ambiental; (2) a gestão ambiental; (3) produtos financeiros responsáveis, (4) conduta social, (5) Governo da Sociedade e (6) índices de sustentabilidade. Cada grupo de indicadores é composto por vários sub-índices conforme mostra a tabela 1.

Códigos de Ética, Relatórios de Sustentabilidade e Sistemas de Gestão ambiental	<ol style="list-style-type: none">1. Relatórios de Sustentabilidade2. ICC3. UNEP FI4. Princípios do Equador5. Pacto Global6. <i>Who cares wins</i>7. ISO 140018. EMAS9. ISSO 26000
Gestão ambiental	<ol style="list-style-type: none">10. Política ambiental11. Gestão da cadeia de abastecimento12. Análise de risco ambiental na política de empréstimos13. Exclusão de sectores específicos

	<p>14. Diretrizes ambientais nos bancos</p> <p>15. Diretrizes ambientais OCDE</p>
<p>Produtos financeiramente responsáveis</p>	<p>16. Investimento socialmente responsável</p> <p>17. Economia socialmente responsável</p> <p>18. Financiamento sustentável</p> <p>19. Microcrédito</p> <p>20. Serviços de aconselhamento ambientais</p> <p>21. Produtos climáticos</p> <p>22. Outros produtos de sustentabilidade</p>
<p>Conduta social</p>	<p>23. Envolvimento da comunidade</p> <p>24. Patrocínio</p> <p>25. Educação e formação</p> <p>26. Diversidade e oportunidades</p> <p>27. <i>Feedback</i> dos funcionários</p> <p>28. Luta contra a corrupção</p>
<p>Governo das sociedades</p>	<p>29. Ética da empresa</p> <p>30. Observância (referência para cumprimento de um código)</p>
<p>Índices</p>	<p>31. Inclusão em índices de sustentabilidade</p>

Tabela 1: Índice de divulgação de informação de RSE pelos bancos (adaptado de Scholtens (2009))

Relativamente ao primeiro grupo podemos concluir se os bancos se comprometem a um comportamento socialmente responsável pela publicação relatórios de sustentabilidade autónomos, dando a conhecer à população a sua intenção de operar de forma sustentável. Podemos, também, verificar se os bancos implementam um sistema de gestão ambiental através da adoção de diretrizes que fomentam a sustentabilidade, como por exemplo, os Princípios do Equador (conjunto de procedimentos utilizados voluntariamente por instituições financeiras na gestão de questões sócio-ambientais) e/ou o Pacto Global (iniciativa desenvolvida pelas Nações Unidas para mobilizar as empresas para a promoção de valores nas áreas de direitos

humanos, trabalho e meio ambiente) ou se são certificadas por entidades competentes como a EMAS ou ISO.

O segundo grupo de indicadores está relacionado com a importância que os bancos dão a análises de risco ambiental, projetadas por seguradoras, se a política de empréstimos tem em conta a análise desses riscos, ou se, eventualmente, existe exclusão de sectores de atividade específicos, que possam por em risco a sustentabilidade ambiental e social.

O fornecimento e desenvolvimento de produtos financeiros socialmente responsáveis, incluídos no terceiro grupo de indicadores, são outro meio pelo qual o banco pode demonstrar o seu compromisso para o desenvolvimento sustentável, neste caso, existe uma vasta gama de produtos que visam, por exemplo, a redução do uso de energia e gases de efeito estufa, e o microcrédito, que financia os mais pobres e carentes. Em termos de conduta social é analisada a forma como o banco encara o compromisso social a nível interno e externo. Em termos internos, verifica-se como o banco lida com os seus recursos humanos. Em termos externos, verifica-se o comportamento do banco em relação à sociedade, por exemplo, o envolvimento da comunidade, o voluntariado ou os patrocínios.

Os dois últimos grupos de indicadores permitem verificar se a empresa, faz referência para um código de conduta e cumprimento do mesmo, e se refere a sua inclusão em algum índice de sustentabilidade, nomeadamente no DJSGI ou no FTSE4Good.

Os relatórios anuais, bem como os relatórios de sustentabilidade (se aplicável) foram consultados através dos *websites* dos próprios bancos, ou na falta de publicação dos relatórios mais antigos, os mesmos foram consultados no *website* da CMVM.

4. Resultados

4.1. Análise descritiva

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos da análise dos relatórios anuais dos diversos bancos portugueses durante os anos 2002 a 2011. A tabela 2 evidencia quais os bancos que mais relataram sobre elaboração de relatórios de sustentabilidade e/ou adoção de diretrizes de sustentabilidade empresarial elaboradas pela UNEP FI (Programa das nações unidas para o meio ambiente – iniciativa financeira), pelos Princípios do Equador ou pelo Pacto Global.

Descrição	Banif	BCP	BES	BP	BPI	BPN	CA	CGD	MG	ST
R. Sustentabilidade	X	X	X					X		X
UNEP FI		X	X					X		
Princípios Equador	X	X	X							
Pacto Global		X	X					X		X

Tabela 2: Códigos de ética, relato de sustentabilidade e sistemas de gestão ambiental

De acordo com os dados da tabela 2, podemos verificar que os bancos que mais relataram sobre este tema foram o Banco Espírito Santo e o Millennium BCP, seguidos da Caixa Geral de Depósitos, Banif e Santander Totta. Além da menção nos relatórios anuais, estes bancos têm elaborado relatórios de sustentabilidade autónomos de forma a relatar, com maior detalhe, o seu contributo social e ambiental. Segundo dados apurados, o BES foi o primeiro a elaborar o relatório de sustentabilidade, em 2003, seguido pelo Millennium BCP e pelo Santander Totta, em 2004, Banif, em 2007 e, finalmente, a CGD, em 2008. Datas a partir das quais sempre foi elaborado o relatório. O Banco Popular, BPI, Crédito Agrícola e Montepio Geral nada referem sobre o assunto.

De seguida, a tabela 3 indica-nos quais os bancos que adotaram produtos financeiramente responsáveis durante o período de análise.

A crise e o relato de sustentabilidade no setor bancário:
O caso português | Resultados

Descrição	Banif	BCP	BES	BP	BPI	BPN	CA	CGD	MG	ST
Financiamento sustentável	X	X	X					X	X	X
Microcrédito	X	X	X		X			X	X	X
Aconselhamento ambiental	X		X		X					
Produtos climáticos	X	X	X		X				X	

Tabela 3: Produtos financeiramente sustentáveis

Podemos verificar que os bancos que mais investiram em produtos financeiramente responsáveis foram o Banif e o BES, seguidos do Millennium BCP, BPI e Montepio Geral.

A partir de 2006 os bancos começaram a adotar o microcrédito como uma solução para famílias e microempresas com iniciativas empresariais viáveis. A maioria das entidades bancárias tentou, também, sensibilizar os seus clientes na adoção do extrato digital em detrimento do extrato em papel, de forma a preservar o meio ambiente.

Em 2011, o Montepio Geral criou um financiamento exclusivo para empresas vocacionadas para energias renováveis e o BES criou, em 2010, um cartão de crédito “biodiversidade” que tem por objetivo premiar e apoiar projetos e iniciativas inovadoras de investigação, conservação e gestão da diversidade biológica em Portugal.

Relativamente à conduta social poderemos verificar, através da tabela 4 quais os bancos que mais evidências deram a este tema nos seus relatórios anuais.

Descrição	Banif	BCP	BES	BP	BPI	BPN	CA	CGD	MG	ST
Envolvimento Comunidade	X	X	X		X			X	X	X
Patrocínio	X	X	X		X			X	X	X
Educação e formação		X	X		X			X	X	X
Feedback dos funcionários	X	X	X		X			X	X	
Luta contra a corrupção		X			X					

Tabela 4: Conduta social

De acordo com os dados obtidos pela tabela 4 verificamos que o Millennium BCP e o BPI foram os bancos que mais relataram relativamente à conduta social praticada, seguidos pelo BES, CGD e Montepio Geral.

A maior parte dos patrocínios concedidos pelos bancos estão relacionados ao desporto, música, cultura e educação.

Desde 2007, o Montepio Geral está envolvido em ações de voluntariado em prol do ambiente e da melhoria das condições das populações mais desfavorecidas, esta iniciativa tem angariado um grande número de voluntários, inclusive colaboradores do próprio banco. Em 2010, o BPI esteve envolvido no projeto “limpar Portugal” onde os seus colaboradores também contribuíram para esta ação de voluntariado.

O Banif, em 2009, esteve presente numa ação de voluntariado com vista ao combate à pobreza, através da recolha de telemóveis usados, em parceria com a AMI. Em 2011, esta instituição bancária procedeu também a ações de voluntariado no zoo de Lisboa e aderiu à iniciativa “hora do planeta” onde 77 dos seus colaboradores contribuíram com 539 horas de voluntariado.

O Millennium BCP contribuiu para a angariação de fundos para a Região Autónoma da Madeira, em 2010, e para a plantação de árvores no conselho de Oeiras. E, em 2011, o BES distribuiu pelos seus clientes, um *kit* temático com livros e documentos explicativos sobre o desenvolvimento sustentável e proteção do ambiente.

Relativamente à inclusão em índices de sustentabilidade, o BES integrou, desde 2007, o FTSE4Good, tornando-se o único banco português a integrá-lo. Em 2011, o BES foi o primeiro banco português a integrar o DJSGI (*Dow Jones Sustainability Group Index*).

Em termos percentuais, a tabela abaixo evidencia quais os bancos que, em termos estatísticos, mais relataram sobre os temas de sustentabilidade e a partir de que ano isso acontece.

Valores percentuais

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Banco Popular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,23	3,23	3,23
BANIF	0,00	3,23	3,23	3,23	9,68	12,90	12,90	22,58	25,81	38,71
BES	0,00	6,45	9,68	12,90	9,68	12,90	16,13	19,35	58,06	29,03
BPI	9,68	9,68	9,68	16,13	16,13	16,13	12,90	19,35	25,81	16,13
CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	29,03	0,00	3,23	9,68	12,90	16,13
BPN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C. Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Millennium	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45	3,23	6,45	38,71	51,61	29,03
Montepio	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45	16,13	16,13	25,81	19,35	25,81
Santander Totta	9,68	9,68	16,13	19,35	19,35	19,35	19,35	22,58	22,58	25,81

Tabela 5: Evolução da divulgação de informação sobre RSE

Analisemos, agora, os gráficos abaixo que demonstram a evolução, no tempo, do relato feito pelos bancos que mais destacaram o tema da responsabilidade social nos

seus relatórios anuais, que demonstram de forma mais detalhada a informação constante da tabela acima.

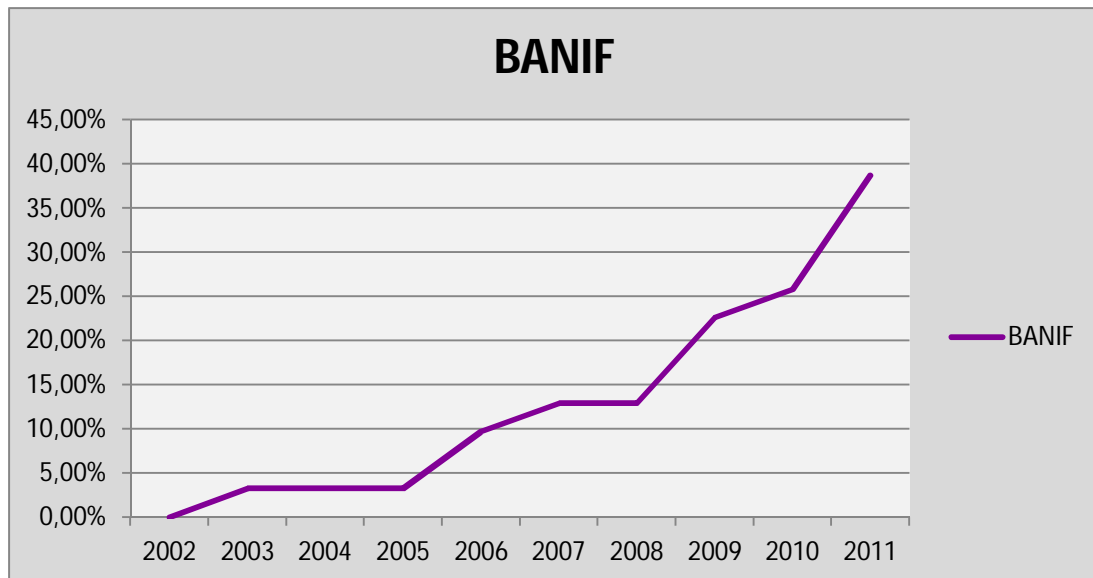


Gráfico 1: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pelo Banif

No primeiro gráfico podemos constatar que o Banif teve uma evolução gradual ao longo dos anos, não se tendo verificado nenhuma quebra de informação aquando do início da crise económica mundial, muito pelo contrário, a informação aumentou após esse período. Este banco, nos seus relatórios anuais, informa que a sociedade cumpre um código de ética e integra a sustentabilidade no seu *core business*, tendo incrementado a criação de produtos orientados para o ambiente, como o “Crédito Mais Ambiente” e o “Crédito Pessoal Solar Térmico”, aprofundado o estudo dos riscos ambientais da sua carteira de créditos.

Em termos de conduta social, o banco refere a implementação de programas de voluntariado sobre educação e requalificação ambiental que abrangem um número significativo de voluntários, seus colaboradores, tendo estas ações despendido tempo em horário laboral.

O Banif publicou o seu primeiro relatório de sustentabilidade no ano 2007, este facto não teve impacto imediato nos seus relatórios anuais.

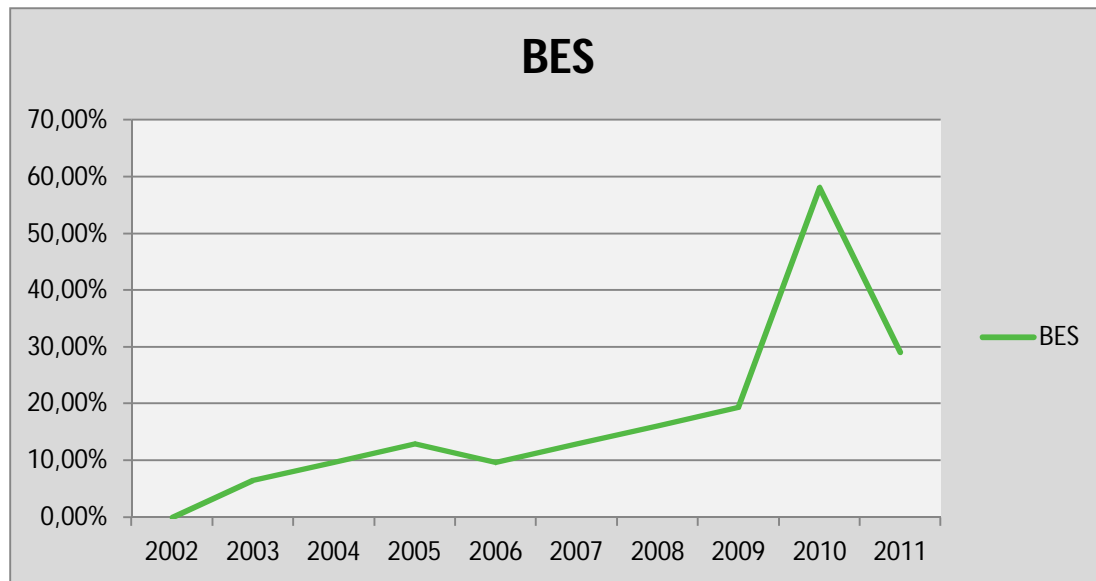


Gráfico 2: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pelo BES

O gráfico 2 mostra-nos que o BES teve uma quebra ligeira de divulgação de informação no ano 2006, relativamente ao ano anterior, porém até ao ano 2010 teve sempre uma evolução positiva. Em 2011, teve uma descida abrupta. Também relativamente ao BES não se verifica qualquer ligação entre a diminuição de informação com o início da publicação dos relatórios de sustentabilidade, uma vez que o BES publicou o seu primeiro relatório em 2003.

O BES aderiu em 2004 aos dez Princípios do Pacto Global e em 2005 aderiu aos Princípios do Equador. Este banco faz, também, referência à existência de um código de ética que assegura o cumprimento das regras legais, estatutárias, éticas e de conduta, bem como quaisquer outras questões relacionadas com a sua atividade.

Em Setembro de 2007 o BES passou a integrar o índice FTSE4Good, tornando-se o único banco português a integrá-lo. Desta forma viu reconhecido, de forma independente, o seu modelo de gestão assente em critérios de sustentabilidade.

Mais tarde, já em 2009, o BES foi o primeiro banco privado português a aderir ao Programa Ambiental das Nações Unidas, este programa resulta de uma parceria entre a ONU e o sector financeiro mundial.

O BES tem-se focado em produtos financeiramente sustentáveis, apoiando as PME na adoção de financiamento para diminuição do seu impacto ambiental. Este financiamento destina-se à aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes.

Finalmente, em 2011, o BES foi o primeiro banco português a integrar o mais relevante índice de sustentabilidade a nível mundial, o DJSI.

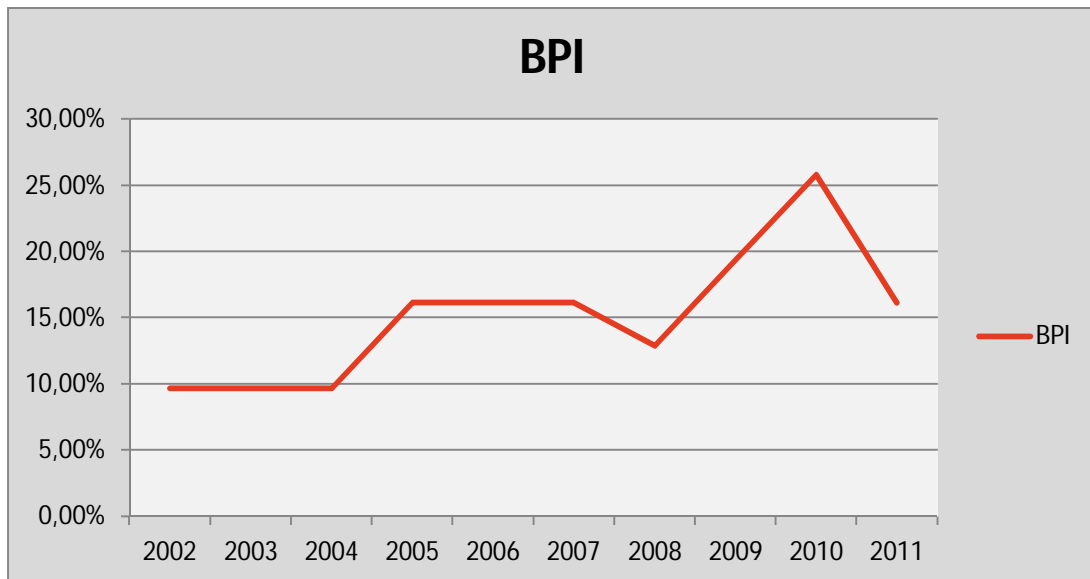


Gráfico 3: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pelo BPI

O gráfico 3 mostra-nos que o BPI teve uma quebra na divulgação de informação no ano 2008, que poderá estar relacionada com o início da crise económica mundial. No entanto, a partir desse ano até 2010 a divulgação tem sido sempre crescente, sofrendo novamente, um decréscimo em 2011.

O BPI assegura a divulgação do sistema de controlo de independência e de ética através de normas escritas, e periodicamente atualizadas, que são disponibilizadas via internet a todas as pessoas da organização.

No ano 2010 o BPI associou-se ao projeto nacional “Limpar Portugal”, esta iniciativa foi levada a cabo por colaboradores e suas famílias com o objetivo de sensibilizar a população local para as questões ambientais.

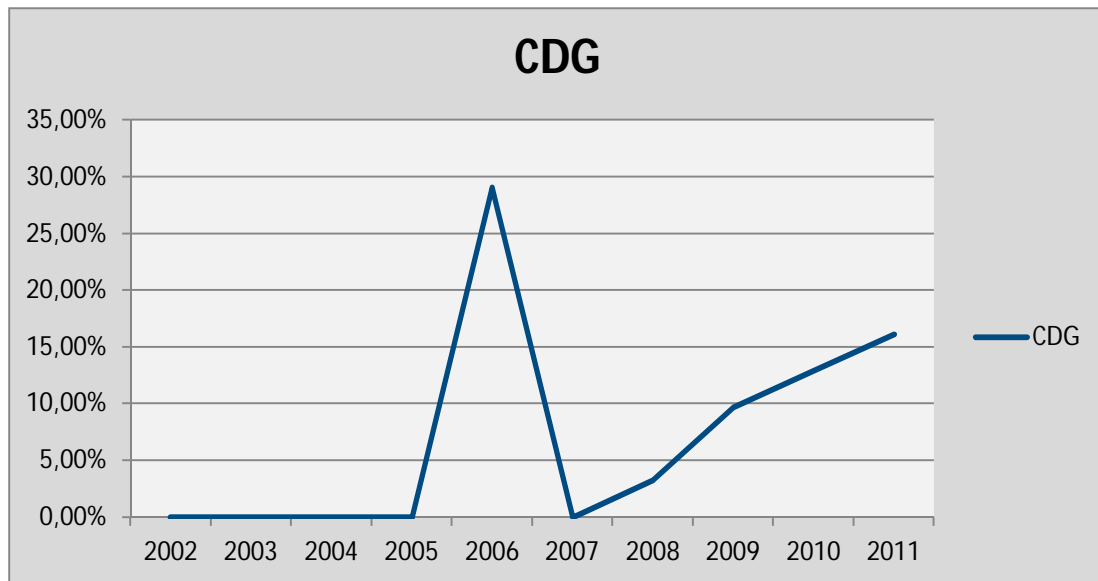


Gráfico 4: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pela CGD

O gráfico 4 mostra-nos que, em 2006, a CGD, banco de natureza pública, teve o seu maior pico de divulgação de informação. Em 2007 não fez qualquer menção sobre os temas de sustentabilidade no seu relatório anual, mas a partir de 2008 houve um gradual crescimento de relato sobre esta temática. Foi, também, em 2008 que a CGD emitiu o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade.

A CGD faz referência, nos seus relatórios anuais, para o cumprimento de um código de ética no seu Governo de Sociedade.

A partir do ano 2009 a CGD divulga a implementação de produtos financeiros responsáveis como o Microcrédito e apoio no financiamento das PME.

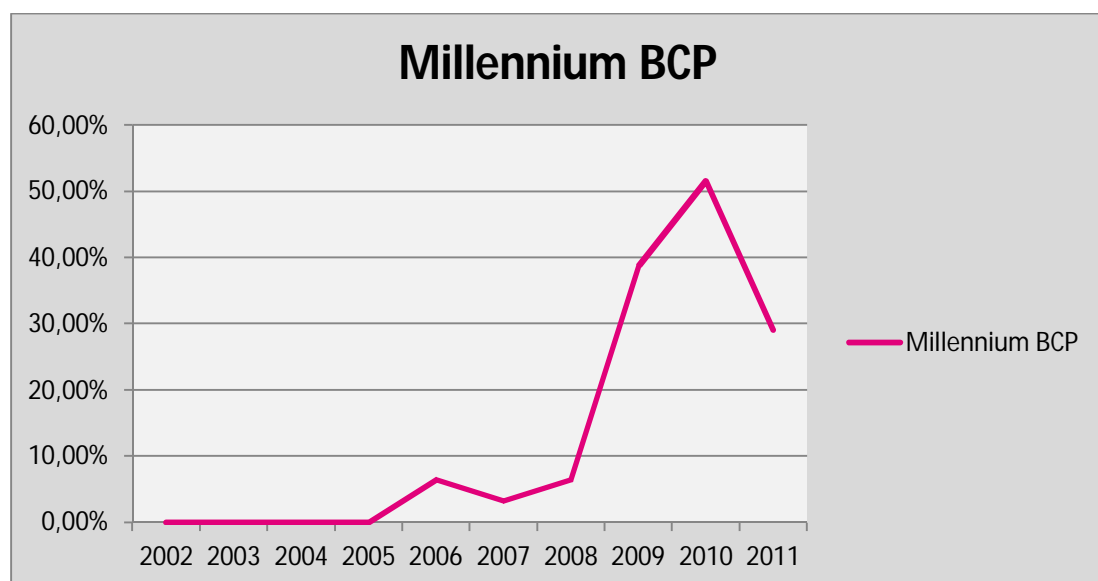


Gráfico 5: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pelo Millennium BCP

O gráfico 5 mostra-nos que Banco Millennium BCP teve entre os anos 2008 e 2010 sempre uma crescente abordagem ao tema de sustentabilidade nos seus relatórios anuais. Porém, em 2011 nota-se uma descida substancial de abordagem ao tema. O Millennium BCP publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade no ano 2006.

Também durante o ano de 2006, o Millennium BCP aderiu aos Princípios do Equador, no âmbito da estratégia de sustentabilidade e dos valores de responsabilidade social defendidos pelo banco.

Em 2008 o Millennium BCP, em conjunto com o Banco Europeu de Investimentos, lançou duas linhas de crédito para empresas, de apoio a PME, abrangendo, pela primeira, vez o microcrédito.

O Millennium BCP, em 2009, participou em programas de sensibilização das empresas, de sectores de atividade com maior exposição a riscos e regulamentação ambiental, para o tema das alterações climáticas, identificando oportunidades de colaboração e reforçando parcerias para a oferta de produtos que deem resposta às suas necessidades de modernização. Em 2010, o banco criou uma linha de crédito com condições preferenciais de taxa de juro, destinada aos clientes que pretendam financiamento para aquisição de equipamentos de energias renováveis.

Em termos de códigos de ética e de conduta, o banco refere para uma comunicação das regras de forma mais permanente e apelativa.

No ano de 2010 o Millennium BCP aderiu à UNEP FI, com o objetivo de se identificarem os sectores de maior risco ambiental e de que forma estes riscos podem e devem ser analisados pelos bancos. Nesse mesmo ano, o banco aderiu, também, aos princípios do Pacto Global e aos Princípios do Equador, comprometendo-se a respeitar e a promover, na sua esfera de influência, um conjunto de valores chave nas áreas dos Direitos Humanos, normas laborais, sociais e ambientais e no combate à corrupção.

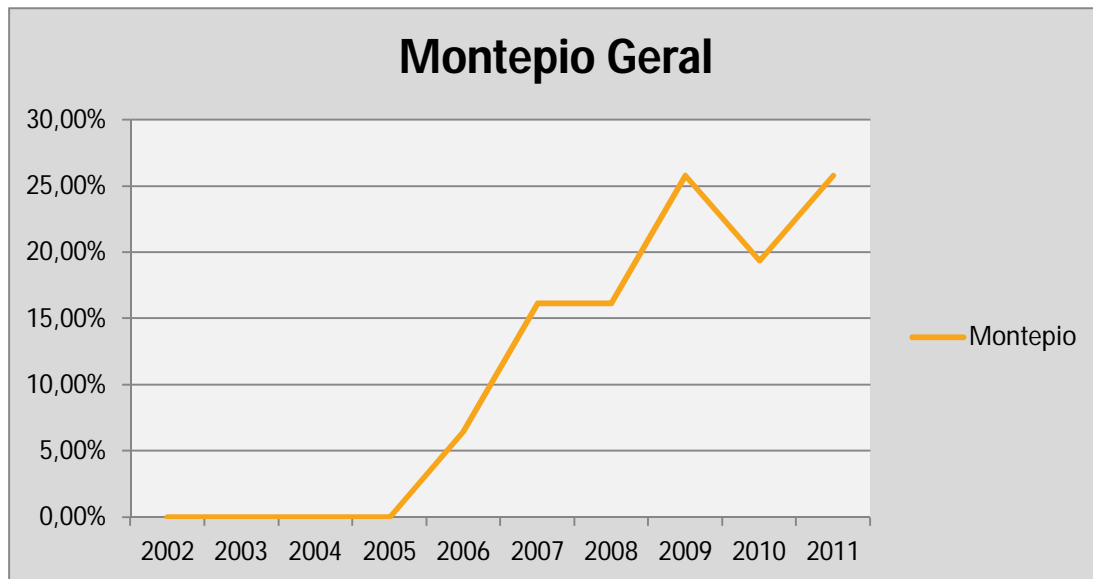


Gráfico 6: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pelo Montepio Geral

O gráfico 6 evidencia que Montepio Geral teve, a partir do ano 2007, muitas oscilações no que concerne ao relato do tema sustentabilidade, até então tinha vindo a desenvolver uma crescente abordagem ao tema nos seus relatórios. Em 2010 é quando se verifica a maior quebra na divulgação da informação.

Em 2006, o Montepio Geral criou uma linha de microcrédito em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O banco aderiu, em 2007, a ações de voluntariado sob o lema “Solidariedade consigo”, em prol do meio ambiente e da melhoria das condições de vida de populações desfavorecidas. Esta iniciativa contou com a presença de vários colaboradores do banco como voluntários.

Durante o ano de 2009, o Montepio Geral, disponibilizou uma linha de crédito destinada às IPSS e a particulares, com vista à instalação de equipamentos amigos do ambiente. Neste mesmo ano, o Montepio Geral é considerado uma referência no domínio do voluntariado empresarial, tendo organizado cerca de 17 ações de voluntariado em áreas com solidariedade, saúde, educação, proteção ambiental e defesa dos animais.

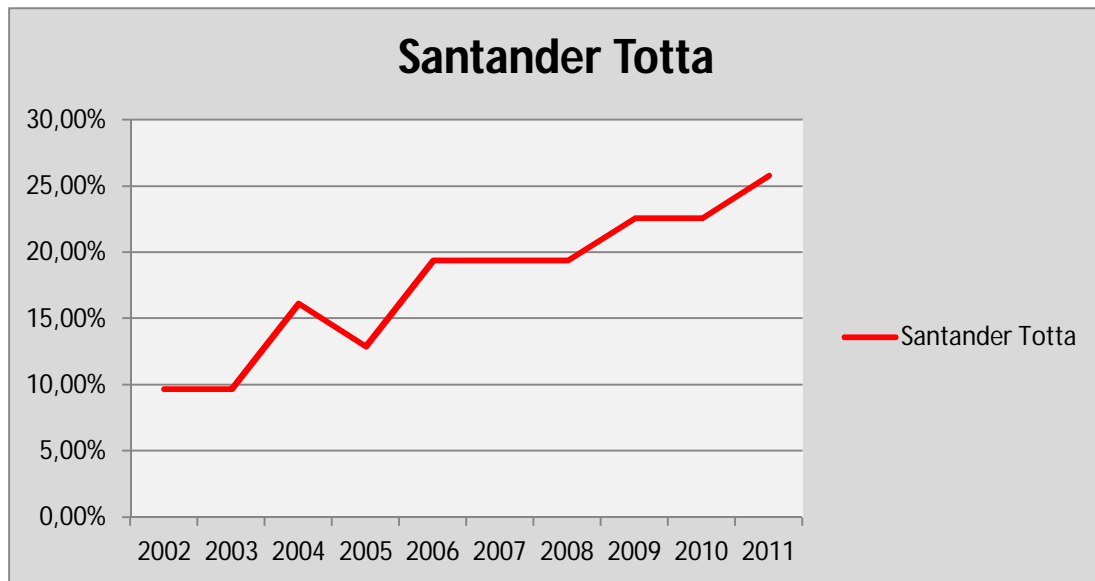


Gráfico 7: Evolução da divulgação de informação sobre RSE pelo Santander Totta

Finalmente o gráfico 7, mostra-nos que o Santander Totta tem vindo a manter sempre um ligeiro aumento, ao longo dos anos, no que diz respeito à divulgação de informação do tema sustentabilidade. Apenas no ano 2005 houve uma ligeira quebra que poderá estar relacionada com a publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade em 2004.

Em 2004, o banco Santander Totta aderiu ao Pacto global renovando o seu compromisso de transparência, boa gestão, qualidade e proteção do meio ambiente.

O Santander Totta desenvolveu, ao longo dos anos, uma política de patrocínios, apoios e mecenato em áreas como solidariedade social, proteção do ambiente, cultura e desporto.

Em 2009, o banco aposta na criação de produtos e serviços com vista a apoiar o investimento em energias renováveis, que permitam proteger o ambiente e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O Santander Totta disponibilizou o microcrédito, em 2011, via protocolo com o IEFP, dentro da linha de apoio ao empreendedorismo, bem como nos protocolos que o banco tem com algumas Câmaras Municipais no âmbito do Programa FINICIA, coordenado pelo IAPMEI.

4.2. O efeito da crise na divulgação de informação

Para verificar a existência de uma diferença significativa entre a divulgação de informação sobre responsabilidade social nos períodos pré (de 2002 a 2007) e pós-crise (de 2008 a 2011), utilizou-se um teste não paramétrico, o teste de Mann-Whitney. Na sua elaboração, não foram considerados os casos do BPN e do Crédito Agrícola, uma vez que não divulgaram qualquer tipo de informação em análise.

Test Statistics								
	Banco Popular	BANIF	BES	BPI	CDG	Millennium BCP	Montepio	Santander Totta
Mann-Whitney U	3,000	0,500	0,000	4,500	4,000	0,500	0,500	1,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,016	0,013	0,010	0,095	0,069	0,011	0,011	0,017

Tabela 6: Teste do efeito da crise na divulgação de informação

Como se pode verificar na tabela 6, essa diferença revelou-se estatisticamente significativa em todos os casos. Após a crise de 2008, deu-se, então, um aumento significativo na divulgação de informação por parte de todos os bancos que no período considerado divulgaram esse tipo de informação.

4.3. Análises adicionais

Para auxiliar na obtenção e relacionamento dos resultados é importante observar alguns dados adicionais sobre os bancos, como por exemplo, a sua dimensão, analisada neste estudo com base no total do ativo e do número de balcões, e se têm ou não as suas ações admitidas a cotação em bolsa de valores. Todos estes indicadores podem influenciar positivamente ou negativamente na divulgação, por parte da instituição financeira, sobre sustentabilidade empresarial. Por exemplo, Branco e Rodrigues (2006), em Portugal, e Menassa (2010), no Líbano, verificaram a existência de uma relação de sinal positivo entre o ativo total e o número de balcões dos bancos e a sua divulgação de informação sobre RSE.

Para verificar a existência de uma relação entre o ativo total e o número de balcões dos bancos e a divulgação de informação sobre RSE, foi usado o teste não-paramétrico do coeficiente de correlação de Spearman para cada um dos anos. Os resultados do teste revelaram que a relação entre a dimensão do banco, quer medida através do ativo total quer medida através do número de balcões, com a divulgação de informação sobre RSE não é estatisticamente significativa em nenhum dos anos, motivo pelo qual não apresentamos estes resultados. Estes resultados podem ter a ver com o facto de se ter usado uma amostra de apenas 10 dos maiores bancos portugueses, ao contrário de Menassa (2010), que utilizou uma amostra de 24 bancos do Líbano, e de Branco e Rodrigues (2006), que usaram uma amostra de 15 bancos portugueses.

Para verificar a existência de uma diferença significativa entre a divulgação de informação sobre responsabilidade social nos períodos pré (de 2002 a 2007) e pós-crise (de 2008 a 2011), utilizou-se um teste não paramétrico, o teste de Mann-Whitney. Na sua elaboração, não foram considerados os casos do BPN e do Crédito Agrícola, uma vez que não divulgaram qualquer tipo da informação em análise. Como se constata na tabela 8, só nos anos 2002 e 2006 não se constata uma relação estatisticamente significativa entre ter ações admitidas a cotação e divulgação de informação sobre RSE. Há então evidência de que os bancos com ações admitidas a cotação divulgam mais informação sobre RSE dos outros.

A crise e o relato de sustentabilidade no setor bancário:
O caso português | Resultados

Test Statistics

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Mann-Whitney U	7,500	2,500	2,500	2,500	6,000	3,500	4,000	4,000	0,000	3,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	,134	,018	,019	,019	,169	,052	,071	,074	,009	,058

Tabela 7: Teste de relação entre ter ações admitidas a cotação em bolsa de valores e divulgação de informação sobre RSE

5. Conclusões

A sustentabilidade tem um papel cada vez mais importante na esfera empresarial. As empresas enfrentam, cada vez mais, o desafio de atuarem de forma consciente sobre os seus impactos ambientais e sociais.

As instituições financeiras têm um papel muito importante para a sustentabilidade pelo seu impacto transversal à atividade económica e pelo seu poder de influência sobre os agentes económicos, devido à necessidade de financiamento por parte destes para o desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, o sector bancário poderá inculcar regras e critérios de sustentabilidade aos seus clientes de forma a prevenir riscos ambientais e sociais.

A atividade e os resultados dos bancos estão diretamente relacionadas com o desempenho económico, com a satisfação de expectativas por parte dos clientes, bem como da sua reputação. Aspectos como a sustentabilidade social e ambiental tornaram-se, nos dias de hoje, fatores de preocupação para o sector bancário. No entanto, esses fatores podem tornar-se oportunidades de negócio para a banca, através da criação de novos produtos e serviços ecológicos que possam atrair novos clientes. Atualmente existem vários produtos, disponibilizados pela banca, orientados para sustentabilidade social e ambiental, tais como, fundos de investimento ambiental, cartões de crédito verdes, microcrédito, extratos digitais, entre outros.

As instituições bancárias têm adotado compromissos social e ambientalmente sustentáveis através da implementação de práticas voluntárias, como por exemplo, a adoção dos Princípios do Equador por parte do Banif, Millennium BCP e BES. O sector financeiro internacional tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, outras iniciativas, de carácter voluntário, como por exemplo, os princípios do Pacto Global, adotados pelo Millennium BCP, pelo BES, pela CGD e pelo Santander Totta, e as diretrizes da UNEP FI, adotadas pelo Millennium BCP, pelo BES e pela CGD.

Uma vez que o tema sustentabilidade empresarial se tem tornado, cada vez mais importante, as empresas, incluindo as do sector bancário, que melhor aplicam, no seu *core business*, critérios sociais, ambientais e éticos são cotadas, desde 1999 no índice bolsista DJSI. Em 2001 foi criado outro índice que supervisiona o desempenho de entidades que utilizem determinados critérios de responsabilidade social e ambiental, o

FTSE4Good. No caso português, o BES integrou estes dois índices. O FTSE4Good em 2007 e o DJSI em 2011.

Neste estudo, foram examinadas as tendências de divulgação de RSE numa amostra de 10 bancos portugueses, para o período 2002-2011, ou seja, desde antes até ao após do impacto da crise económica mundial. A análise foi baseada na inclusão de determinados indicadores, como adoção de diretrizes, fornecimento de serviços ecologicamente responsáveis ou inclusão em índices de sustentabilidade, nos relatórios anuais por banco e por ano.

O estudo revela, em termos gerais, um aumento da divulgação, por parte das entidades bancárias, no período pós crise. Essa tendência verifica-se nos seus relatórios anuais, mas também há um aumento de divulgação de RSE em relatórios de sustentabilidade independentes. Uma possível explicação para tal comportamento é a grande influência que a banca tem sobre as demais empresas e, portanto, enfrentam maior pressão para fazer tais divulgações, ainda que voluntárias.

Esta análise permitiu, também, concluir que os bancos com ações admitidas a cotação em bolsa de valores são os que mais divulgam sobre esta temática. Além disso, não foi possível obter evidência estatisticamente significativa de que os bancos de maior dimensão (maior ativo total e maior número de bancos) divulguem mais informação.

Apesar de este estudo fornecer informações úteis e precisas, uma vez que foram analisados os conteúdos das divulgações, os resultados devem ser interpretados tendo algumas limitações, nomeadamente, o facto de que foram considerados apenas uma amostra de 10 bancos com maior peso em Portugal.

Seria interessante num estudo futuro efetuar uma comparação internacional dos efeitos da crise no setor bancário na divulgação de informação sobre RSE. Seria também interessante num outro estudo futuro analisar o efeito da crise recente na divulgação de informação numa amostra mais alargada de empresas portuguesas, incluindo empresas de diversos setores de atividade.

Referências

Artigos e livros:

- Aras, G. e Crowther, D. (2009), “The Durable Corporation in a time of Financial and Economic Crisis”, *Journal of Economics & Management*, Vol. 14, Nº 3, pp. 211-217.
- Becker, B. e Westbrook, D. A. (1998), “Confronting Asymmetry: Global Financial Markets and National Regulation”, *International Finance*, Vol. 1, Nº 2, pp. 339-355.
- Bouma, J. J., Jeucken, M., e Klinkers, L. (2001), *Sustainable Banking: The Greening of Finance*. Sheffield, UK: Greenleaf & Deloitte and Touche.
- Branco, M., e Rodrigues, L. (2006), “Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: a legitimacy theory perspectives”, *Corporate Communications: An International Journal*, Vol. 11, Nº 3, pp. 232-248.
- Brown, N. e Deegan, C., (1998), “The public disclosure of environmental performance information - a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory”, *Accounting and Business Research*, Vol. 29, Nº 1, pp. 21–41.
- Bruntland, G. (1987), *Our common future: The world Commission on Environment and Development*, Oxford: Oxford University Press.
- Cho, C. H. (2009), “Legitimation Strategies used in Response to Environmental Disaster: A French Case Study of Total SA’s Erika and AZF Incidents”, *European Accounting Review*, Vol. 18, No. 1, pp. 33-62.
- Deegan, C. (2002), “The legitimizing effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 15, Nº 3, pp. 282-311.
- Deegan, C., Rankin, M. e Voght, P. (2000), “Firms’ Disclosure Reactions to Major Social Incidents: Australian Evidence”, *Accounting Forum*, Vol. 24, Nº 1, pp. 101-130.
- Dowling, J. B., e Pfeffer, J. (1975), “Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior”, *Pacific Sociological Review*, Vol. 18, Nº 1 pp. 122-136.

- Dyllick T. e Hockerts K., (2002), “Beyond the business case for corporate sustainability”, *Business Strategy and the Environment*, Vol. 11, Nº 2 pp. 130-141.
- Gray, R., Kouhy, R. e S. Lavers (1995), “Methodological themes: Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, Nº 2, pp. 78-101.
- Gray, R., Owen, C., e Adams, C. (1996), *Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting*, London: Prentice-Hall.
- Henriques A. & Richardson J. (2004), “The Triple Bottom Line: Does it all add up?”, *Assessing the Sustainability of Business and CSR, Earthscan*, Vol. 1, pp. 97-99, London.
- Karaibrahimoglu, Y.Z. (2010), “Corporate social responsibility in times of financial crisis”, *African Journal of business Management*, Vol. 4, Nº 4 pp. 382-389.
- Levine, R. (2003), “The corporate governance of banks: A concise discussion of concepts and evidence”, Global Corporate Governance Forum July 21, Washington.
- Lindblom, C.K. (1993), “The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure”, paper presented at the Critical Perspectives on Accounting Conference, New York, NY.
- Macedo, L. (2008), “Sustentabilidade ambiental no sector bancário: Caso de estudo: Banif – Grupo Financeiro”, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Menassa, E. (2010), “Corporate social responsibility: An exploratory study of the quality and extent of social disclosures by Lebanese commercial banks”, *Journal of Applied Accounting Research*, Vol. 11, Nº 1, pp. 4-23.
- Mittal R. K., Sinha N., Singh A., (2008), "An analysis of linkage between economic value added and corporate social responsibility", *Management Decision*, Vol. 46, Nº. 9, pp.1437-1443.
- Nilsen H., (2010), “CSR in Banking – the pursuit toward repairing legitimacy and reputation: A case of study of Den Norske Bank and Danske Bank” Master Thesis presented on Copenhagen Business School.

- O'Donovan, G., (2002), "Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.18, Nº 3, pp. 344–371.
- Pinto, S. e Villiers, C. (2012), "Do Companies Reduce CSR Disclosures during Recessions?" Paper presented at 11th Australasian Centre on Social and Environmental Accounting Research (A-CSEAR) Conference, University of Wollongong, Wollongong, NSW, 2-4 December 2012.
- Schmidheiny, S., e Zorraquín, F. J. (1996), *Financing Change: The Financial Community, Eco-Efficiency, and Sustainable Development*, Cambridge: The MIT Press.
- Shocker, A. D., & Sethi, S. P. (1974), "An Approach to Incorporating Social Preferences in Developing Corporate Action Strategies", in *Sethi, S. P.*, (editors), *The unstable ground: Corporate Social Policy in a Dynamic Society*, Melville Publishing Company, Vol. 11, pp. 67–80, Los Angeles.
- Scholtens, B. (2009), "Corporate Social Responsibility in the international banking industry", *Journal of Business Ethics*, Vol. 86, Nº 2, pp. 159-175.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., e C. Wai Fong (2009), "Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison", *Accounting Review*, Vol. 84, Nº 3, pp. 937 -967.
- Unerman, J. (2008), "Strategic reputation risk management and corporate social responsibility reporting", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, Nº 3, pp. 362-364
- Vigano, F., Nicolai, D. (2006), "CSR in the European Banking sector: evidence from a survey", *Rhetoric and Realities: Analyzing CSR in Europe. A Project within the EU's Sixth Framework Programme*.
- Villiers, C. & Van Staden, C. (2012), "New Zealand shareholder attitudes towards corporate environmental disclosure", *Pacific Accounting Review*, Vol. 24, nº 2, pp. 186-210.

Sítios da Internet:

Associação Portuguesa de Bancos, <http://www.apb.pt/>, acessado em 29 Maio 2013.

Baue, W. (2005), “Are European Finance Sector Corporate Social Responsibility Initiatives Adequate?”, www.socialfunds.com/news/article.cgi/1895.html, acessado em 15 Janeiro 2013.

Payne, C. (2007), “Ethics or bust: Beyond compliance and good marketing”, www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01459, acessado em 18 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2002), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=b3ec570a-a5b4-4fcb-a96a-5636fc315628>, acessado em 29 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2003), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=b7f36cc6-eb6c-4f10-9a87-366543b4624b>, acessado em 29 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2004), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=8af2f850-0ebe-482b-b4b7-41b9c372f46f>, acessado em 30 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2005), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=96734051-396e-46a0-9fed-47a62c17c623>, acessado em 30 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2006), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=978805f7-be99-4150-99c6-b09c5c7642ec>, acessado em 30 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2007), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=bd5b1675-ee57-4402-bec1-01a7ba220ab0>, acessado em 31 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2008), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=debcf325-1302-4349-a8bb-973d6b47378d>, acessado em 31 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2009), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=ee9d14a3-0046-4e8d-a7a6-afe517c739b9>, acessado em 31 Janeiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2010), <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=4fd9c6dd-f59a-4a91-b95a-ad5134f7a949>, acessado em 1 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Banco Espírito Santo (2011),
<http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=58015245-a836-47b9-bdd4-858dd64456f8>,
acedido em 1 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Banco Popular (2002),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/fsd6075.pdf>, acedido em 5 Fevereiro
2013.

Relatório e Contas Banco Popular (2003),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/PC2513.pdf>, acedido em 5 Fevereiro 2013

Relatório e Contas Banco Popular (2004),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/PC5810.pdf>, acedido em 5 Fevereiro
2013.

Relatório e Contas Banco Popular (2005),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/PC9185.pdf>, acedido em 5 Fevereiro
2013.

Relatório e Contas Banco Popular (2006),
http://www.grupobancopopular.com/ES/AccionistasInversores/Documents/Informes_anuales/2006/BPE_2006_Memoria_POR.pdf, acedido em 6 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Banco Popular (2007),
<http://www.bancopopular.es/NR/rdonlyres/907787F0-1E53-4D5D-AF6C-54FD2B9D047F/0/0835CAI200712.pdf>, acedido em 6 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Banco Popular (2008-2011),
<http://www.bancopopular.pt/portugal/institucional/Investidores/relatorio-e-contas/relatorio-e-contas.htm>, acedido em 7 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Banif (2002-2011),
<http://www.banif.pt/xsite/Particulares/Institucional/Investidores.jsp?CH=6178>, acedido
em 2 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas BPI (2002-2011),
<http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaDFinanceiros&riId=DContas>, acedido
em 6 Fevereiro 2013.

Relatórios e Contas BPN (2002),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/fundos/docs/548RC31122002.pdf>, acedido em 12
Fevereiro 2013.

- Relatórios e Contas BPN (2003),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/fundos/docs/609RC31122003.pdf>, acessido em 12
Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2004),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/fundos/docs/754RC31122004.pdf>, acessido em 12
Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2005),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/fundos/docs/633RC31122005.pdf>, acessido em 13
Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2006),
<http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/0079-CAI-200612-CAI.pdf>,
acessido em 13 Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2007), http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0079_D081008_H181909-0079-CAI-200712-CAI.pdf,
acessido em 15 Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2008),
<http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/0960-CAM-200812-CAC.pdf>,
acessido em 15 Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2009), http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0305_D100707_H105344-0305-CAI-200912-CAI.pdf,
acessido em 15 Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2010), <http://www.imofundos.pt/docs/109/0949-cai-201012.pdf>,
acessido em 15 Fevereiro 2013.
- Relatórios e Contas BPN (2011),
http://www.bpncredito.pt/docs/Relatorio_e_Contas_2011.pdf, acessido em 15 Fevereiro
2013.
- Relatórios e Contas Caixa Geral de Depósitos (2002),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/fsd5919.pdf>, acessido em 9 Fevereiro
2013.
- Relatórios e Contas Caixa Geral de Depósitos (2003),
<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/PC2450.pdf>, acessido em 9 Fevereiro
2013.
- Relatórios e Contas Caixa Geral de Depósitos (2004),

<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/OCM6505.pdf>, acessido em 9 Fevereiro 2013.

Relatórios e Contas Caixa Geral de Depósitos (2005),

<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/PC9502.pdf>, acessido em 10 Fevereiro 2013.

Relatórios e Contas Caixa Geral de Depósitos (2006),

<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/PC13312.pdf>, acessido em 10 Fevereiro 2013.

Relatórios e Contas Caixa Geral de Depósitos (2007-2011),

<https://www.cgd.pt/investor-relations/informacao-financiera/cgd/Relatorios-Contas/Pages/Relatorios-Contas-CGD.aspx>, acessido em 10 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Crédito Agrícola (2002-2011),

<http://www.credito-agricola.pt/CAI/Institucional/Caixas/PublicacaoContas/9990-RelatorioContas.htm?z=9990&s=1>, acessido em 18 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Millennium BCP (2006),

http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/RelatorioContas/2006_RelContas_Vol1.pdf, acessido em 28 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Millennium BCP (2007),

http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/RelatorioContas/2007_RelContas_Vol1.pdf, acessido em 28 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Millennium BCP (2008),

http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/RelatorioContas/2008_RelContas_Vol1.pdf, acessido em 28 Fevereiro 2013.

Relatório e Contas Millennium BCP (2009),

http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/RelatorioContas/2009_RelContas_Vol1.pdf, acessido em 1 Março 2013.

Relatório e Contas Millennium BCP (2010),

http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/RelatorioContas/2010_RelContas_Vol1.pdf, acessido em 1 Março 2013.

Relatório e Contas Millennium BCP (2011),

http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/RelatorioContas/2011_RelContas_Vol1.pdf, acessido em 1 Março 2013.

Relatório e Contas Montepio Geral (2002-2011),
http://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/grupo/sobre/informacao-financeira/relatorios-contas.page, acessido em 9 Fevereiro 2013.

Relatório e Santander Totta (2002),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1118928980861&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 3 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2003),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1118928980853&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 3 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2004),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1118928508112&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 3 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2005),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1178831307087&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 4 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2006),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1178831750888&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 4 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2007),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1205443989663&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 5 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2008),
<http://www.santandertotta.com/csgs/StaticBS?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1205452455737&cachecontrol=immediate&ssbinary=true&maxage=3600>, acessido em 5 Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2009),
<http://www.santandertotta.pt/ficheros/RelContasSTSGPS2009finalv2.pdf>, acedido em 5
Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2010),
http://www.santandertotta.pt/ficheros/R_C_ST_SGPS2010Final.pdf, acedido em 6
Março 2013.

Relatório e Santander Totta (2011),
http://www.santandertotta.pt/ficheros/Rel_Gestao_ST_SGPS_final.pdf, acedido
em 6 Março 2013.